

Globalização e semi-periferia: a presença indiana na África.

Baladão Vieira Maíra Baé.

Cita:

Baladão Vieira Maíra Baé (2010). *Globalização e semi-periferia: a presença indiana na África*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/846>

Globalização e semi-periferia: a presença indiana na África¹

Área Temática: Globalização e Integração

Maíra Baé Baladão Vieira

E-mail: mairabae@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Brasil

Resumo: A partir do término da Guerra Fria, de modo cada vez mais intenso, a presença da China e da Índia no continente africano, além de outros poderes intermediários, vem intensificando o processo globalizatório conduzido pela semi-periferia. Para além do mimetismo procedimental implícito neste processo, torna-se pertinente analisar as especificidades que condicionam a atuação destes países, bem como as particularidades de sua inserção. Neste sentido, o artigo tem como objetivo estabelecer os fatores determinantes da presença indiana na África, considerando-se os principais objetivos da política externa da Índia e seu histórico de atuação no continente. São elencadas como relevantes as motivações relativas à superação de carências energéticas para a sustentação do crescimento acelerado do país, a contenção das mazelas sócio-econômicas internas, estando este aspecto relacionado à expansão da diáspora e à segurança alimentar e o novo paradigma de inserção internacional indiano.

¹ Trabalho preparado para apresentação no V Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010. O artigo retoma discussão realizada no II Seminário de Ciência Política da UFRGS.

Na primeira década do presente século observou-se o acirramento da competição econômica, política e militar estrangeira no continente africano. Apesar de a atuação chinesa ser a mais polemizada, outros países asiáticos semi-periféricos como a Índia passaram a promover iniciativas no sentido de aumentar a sua presença. Em um processo espelhado na noção clássica de desenvolvimento industrial, torna-se chave para estes países a expansão de seu capital para além de suas fronteiras, sendo a África um destino que apresenta alta probabilidade de consecução em razão de certas características como complementaridade produtiva, em termos de fatores, e uma maior tolerância por parte dos investidores em questões relacionadas à governança e déficits de infra-estrutura.

A recente intensificação da presença dos países emergentes no continente africano pode, dentre outras possibilidades, ser compreendida por meio de duas dimensões complementares. Em uma primeira concepção de cunho sistêmico Wallersteiniano (WALLERSTEIN, 2003) os países semi-periféricos passaram a promover uma inserção internacional nos moldes da globalização produtiva (D-M) pré mundialização financeira (CHESNAIS, 2005), ou seja, antes da preponderância das finanças frente à produção.

A outra possibilidade de compreensão do fenômeno estima que, na possibilidade de alteração da estrutura do Sistema-mundo, sem que as posições intermediárias sejam assumidas como transitórias, mas sim considerando-se a ocorrência de ciclos hegemônicos, países semi-periféricos tenderão a buscar incessantemente meios de promover sua escalada rumo ao centro, ou melhor, rumo ao aumento das atividades características do centro em sua economia (ARRIGHI, 1986). Estas atividades são aqui operacionalizadas como aquelas particulares à atuação das empresas transacionais que, em sua ampliação horizontal acabam por criar falhas de mercado que possibilitem controle significativo do setor no qual estão inseridas.

Economias semi-periféricas se aliam ao capitalismo global apoiadas por transnacionais que nasceram em processos de acumulação advindos da proteção estatal a monopólios diversos, ou a partir de outras formações históricas, que de um modo geral permitiram a consolidação de núcleos capitalistas que se internacionalizaram no pós guerra fria. Ainda que não se possam atribuir intenções de impacto sistêmico aos atores, este mimetismo em termos de atuação encontra respaldo na lógica microeconômica, como por exemplo, na Teoria do Paradigma Eclético (DUNNING, 2000) que justifica a expansão internacional como a busca por mercados, recursos ou ativos estratégicos.

Como meio de viabilização de um extrato capitalista nacional, políticas desenvolvimentistas como industrialização por substituição de importações via poupança externa, segmentação social e iniquidade na distribuição da renda com vistas à formação de um mercado capaz de gerar demanda interna e alto nível de planificação e estatização dos setores estratégicos da economia pré anos 1990 foram frequentemente adotadas por Estados da semi-periferia. No caso da Índia o resultado obtido não foi diferente dos demais países emergentes.

Nos últimos vinte anos várias indústrias indianas floresceram para o mundo na área da biotecnologia (os laboratórios indianos possuem o maior número de aprovações do FDA – *Food and Drug Administration* – fora dos Estados Unidos). Em termos internos, os setores mais pujantes são o financeiro, TI, construção civil, engenharia, equipamentos de geração de eletricidade, máquinas industriais, transportes, indústria química, produção e comércio de bens de consumo duráveis, turismo, entretenimento (*bollywood*), serviços de telecomunicações e setor farmacêutico. A liberalização econômica fez ainda muitos milionários, e consolidou no mercado empresas como Infosys, Wipro, Reliance, Tata, Cipla, Dr. Reddy's Laboratories, Arcelor-Mittal, Vedanta e Ranbaxy, dentre outras. O *boom* econômico fez com que a Índia ultrapassasse o Japão em número de bilionários no índice da Forbes de 2008, além de integrar quatro indianos na lista das dez maiores fortunas pessoais do mundo.

Apesar da expansão transnacional capitalista semi-periférica indiana, o país defronta-se com problemas que representam desafios específicos e altamente rigorosos ao seu desenvolvimento, mas que podem ser auxiliados, em termos de superação, mediante uma estratégia bem sucedida de inserção econômica e política no continente africano. As especificidades dos obstáculos serão em seguida descritos e contextualizados no escopo da atuação indiana na África.

Determinantes desenvolvimentistas da política externa indiana

Ao abrir uma conferência ministrada no ano de 2008 na Sérvia², o diretor do *Centre for West Asian & African Studies da Índia*, Ajay Kumar Dubey (2009), estabeleceu preambularmente os principais objetivos da política externa indiana: a ***reforma das instituições multilaterais*** - estabelecidas conforme os interesses dos países

² O acadêmico não falava para americanos ou chineses ou nenhum outro grupo envolvido na temática, o que justifica a escolha desta visão para a presente análise.

desenvolvidos em detrimento da representatividade dos países em desenvolvimento - e a preservação de sua *autonomia estratégica*, sendo esta a possibilidade de que a Índia promova o seu *desenvolvimento* fora da esfera de influência de qualquer poder regional ou mundial.

Existem duas constatações importantes que podem ser extraídas destas passagens, estando a primeira relacionada à manutenção dos preceitos desenvolvimentistas adotados pela Índia desde sua independência que, apesar da adoção de uma nova roupagem neo-liberal em substituição do antigo modelo baseado no socialismo Fabiano (que se refletiu em um modelo planejado), fundamentam-se nas mesmas questões entabuladas sob a liderança de Jawaharlal Nehru que pregavam a auto-suficiência e o desenvolvimento de ciência e tecnologia para obtenção de autonomia estratégica além de uma política externa independente.

Cabe serem lembrados, entretanto, os constrangimentos atuais ao desenvolvimento sustentável do país, refletidos em uma série de problemas estruturais e sociais. Para ilustrar o ponto, alguns fatos isolados: cerca de 27 milhões de indianos nascerão neste ano; cerca de dois milhões destas crianças morrerão nos próximos anos; dentre as que sobreviverem, mais de 40% serão prejudicadas pela desnutrição; a maioria delas ingressará na escola, entretanto, não poderão contar com a presença de seus professores, sendo que após cinco anos de aulas, menos de 60% será capaz de ler uma história curta e mais de 60% delas não conseguirá realizar simples operações aritméticas (GOOD, 2009). Além do exposto, consta também que:

A despeito de ser uma potência nuclear, a Índia carece de infraestrutura básica para proporcionar uma vida saudável para a maioria de seu 1,1 bilhão de habitantes. Na maior democracia do mundo, capaz de diplomar 1 milhão de engenheiros por ano, metade das mulheres é analfabeta. [...] A lista de paradoxos evidentemente vai além do caráter esquizofrênico da economia. A democracia prospera em uma dinâmica de castas; o país do histerismo nacionalista hindu é governado pelo sikh Manmohan Singh; com a China existe uma relação de competição e parceria e após o 11/9 foi forjada uma triangulação entre os EUA e os arqui-inimigos nucleares Índia e Paquistão. [...] A corrupção é endêmica no sistema judicial, com 27 milhões de processos emperrados que precisariam de 300 anos para serem solucionados. Mais de 100 dos 545 deputados indianos têm antecedentes criminais, mas possuem imunidade parlamentar - um incentivo para a carreira política. Empregos na burocracia estatal são arduamente disputados, pois ela oferece oportunidades de ouro para subornos (LUCÉ, 2007:28).

Entretanto, além de um país marcado por profundos problemas estruturais, a Índia é também uma economia pujante, que almeja a posição de potência mundial. É de amplo conhecimento o ritmo acelerado do crescimento de sua economia, o sucesso que o país vem obtendo em desenvolver tecnologicamente alguns setores produtivos, a

inserção positiva que a diáspora indiana vem obtendo nos países desenvolvidos e a perícia que a Índia tem apresentado em administrar sua política externa de modo a equilibrar suas relações com países como EUA e China.

A segunda constatação, retomando os aspectos apontados por Dubey (2009), seria em relação à reforma das instituições multilaterais. Neste sentido é percebida uma longa linha de atuação em política internacional na promoção do direito à soberania plena dos países em desenvolvimento, iniciada durante a guerra fria quando a Índia capitaneava o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), sendo Nehru um dos seus fundadores (juntamente com os líderes da Iugoslávia e Egito). Conforme José Luís Fiori (1996: 41) era a seguinte, a posição defendida pela Índia no MNA:

[...] uma posição de liderança incontestada e ativa dentro do movimento que nasce da conferência de Bandung em 1955, apoiando um “neutralismo ativo” e uma defesa intransigente da soberania e igualdade de todas as nações contra todo o tipo de pressão ou ingerência das grandes potências nos assuntos internos dos demais estados.

A presente atuação da Índia nos fóruns multilaterais segue esta mesma lógica dos *sistem affecting state* de Keohane, onde seus recursos e capacidades limitadas são valorizados pela ação coletiva com países similares a fim de que algumas metas de poder possam ser exercidas (LIMA, 2005). Neste sentido, a Índia busca um assento permanente no conselho de segurança e promove sua influência nas negociações da OMC através do G20.

No presente artigo, estas breves considerações preliminares devem ser tomadas no contexto da atuação indiana para o continente africano. Em relação à reforma dos organismos multilaterais a questão é quase axiomática. Os países africanos podem não ter influência significativa na política internacional, mas contam juntos – somadas apenas as nações da África subsaariana – 47 votos na assembleia geral da ONU.

Já em relação à autonomia e ao desenvolvimento, os atuais cenários políticos e econômicos dos países africanos apresentam complementaridade com vários aspectos deficitários do contexto indiano. Dentre a bibliografia atualmente produzida em referência à atuação da Índia na África, os aspectos mais relevantes, que justificam esta presença, estão relacionados com as necessidades energéticas, a dimensão sócio-econômica e a inserção da Índia como um *global trader* no comércio mundial, não necessariamente nesta ordem em termos de importância. Considerando-se o complexo ambiente indiano, não é tarefa fácil desvendar as razões e as extensões dos atos governamentais e privados em relação ao continente africano, no entanto, na presente

discussão as três razões apresentadas serão consideradas como determinantes em razão de estarem indiretamente ligadas à viabilidade da nação indiana, no que concerne ao desenvolvimento.

Antes, porém, que estas questões sejam abordadas neste ensaio, para fins de contextualização, um histórico da presença indiana em países africanos selecionados será brevemente desenvolvido.

A presença milenar dos indianos na África

Indianos freqüentam as costas africanas há muitos séculos. Evidências arqueológicas comprovaram que indianos comercializavam com egípcios há três mil anos atrás. Dentre as atividades mais remotas, comprovadas historicamente após a chegada dos europeus na África, podem ser mencionados os mercadores da casta Baniyas, que povoaram Zanzibar (Tanzânia) em meados do século XVIII, os habitantes de Malabar que exerciam atividades comerciais em Moçambique há mais de cinco séculos, bem como a presença de Gujaratis em Madagascar desde 1770 (BHATT, 2008). O império britânico também promoveu o deslocamento de trabalhadores indianos para a construção de algumas ferrovias africanas durante o período colonial.

O resultado destes antigos contatos foi a formação de uma considerável diáspora na África Subsaariana. Existem hoje cerca de 1.500 indianos vivendo em Lesoto, 17.000 indianos na Nigéria, 15.000 no Quênia, 3.000 na Zâmbia, 6.000 na Botsuana e em Uganda (THE INDIAN, 2008). Afora estes pequenos núcleos, indianos se fizeram mais presentes nas Ilhas Maurício (onde hoje perfazem 70% da população), nas Ilhas Reunião (180.000 pessoas que representam 25% da população) e, finalmente, na África do Sul, onde hoje representam 2,6% da população, o que se estima representar cerca de 1,5 milhões de pessoas. A recíproca, no entanto, não é verdadeira. A diáspora africana na Índia, que totaliza 250.000 pessoas, é composta por africanos majoritariamente de origem étnica indiana (LODHI, 1992).

Em termos comerciais, a presença da diáspora indiana no continente africano é determinante para o fluxo de investimentos em dois locais: Ilhas Maurício e África do Sul. A predominância de indianos nas Ilhas Maurício fez com que este fosse o caminho natural para a entrada de quase todo o investimento privado indiano na África. Apesar dos estudos que comprovam haver um alto custo de transação neste procedimento, indianos ainda preferem destinar seus investimentos para este local, redirecionando-os a

partir dali para o interior do continente (BHUN, 2006). Este fator deve ser levado em consideração, pois causa distorções na análise do panorama de investimentos de empresas da Índia na África.

A África do Sul é o outro cenário, onde os descendentes indianos já estão na quinta geração, o que representa um profundo enraizamento. Um reflexo disto dá-se nas organizações privadas de capital indiano, nas quais 48% dos empresários de etnia indiana que possuem empresas constituídas em países africanos são também cidadãos dos países hospedeiros. Em comparação, de cada 100 empresários chineses com atividades na África, apenas quatro possuem nacionalidade do país onde suas empresas estão localizadas (BROADMAN, 2007). Em relação à África do Sul, ainda deve ser levado em conta que:

A Índia possui ainda uma relação mais especial com a África do Sul, pois foi onde seu maior líder, Mohandas Gandhi iniciou sua carreira e lutou pelo fim do preconceito e da discriminação racial. Ainda nesse país, a Índia apoiou o Partido do Congresso Nacional Sul-Africano, o mais importante partido multirracial do país, além de ter oferecido treinamento militar para membros do partido após o fim do apartheid, em 1994 (JORNADA, 2008:62).

Se considerarmos que estereótipos são formados a respeito de diferentes povos e que estes conceitos são considerados por todos, incluindo os *policy makers* das nações africanas, os indianos podem se valer de uma reputação positiva, descontando-se episódios como a expulsão de cerca de 80 mil indianos de Uganda em 1972. Neste sentido, historicamente, além das formações populacionais de etnia indiana presentes no continente africano, o apoio da Índia aos movimentos anti-colonialismo e anti-racismo na África foi fundamental (excetuando-se o fornecimento de armamentos aos movimentos de libertação). Além disto, o Movimento dos Não Alinhados também serviu como base de concertação para países africanos. Como resultado deste conjunto de circunstâncias, os africanos possuem uma percepção diferente dos indianos e dos chineses que atuam no continente, sendo atribuída aos últimos uma postura predadora, interessada tão somente na extração de matérias-primas (PHAM, 2007).

Determinantes da atuação indiana na África

O presente configura-se como primeira abordagem preliminar ao tema, não havendo a pretensão de que aqui se esgotem as possibilidades de entendimento. Entretanto, conforme anteriormente comentado, algumas razões que justificam a

presença indiana na África mostraram-se relevantes no sentido de que condizem com as diretrizes principais da política externa no país, mormente em relação aos objetivos de desenvolvimento e autonomia.

Deve-se ainda levar em conta que a política internacional envolve uma miríade de fatores que, dentre os fundamentais, encontra-se a rivalidade direta interestatal. Nesta esfera de análise, a presença indiana na África também tem implicações para o relacionamento do país com a China e os Estados Unidos. Sumariamente pode-se dizer que está presente uma forte competição entre Índia e China pelos recursos naturais africanos (ainda que este não seja o único foco da atuação indiana) e que em relação aos Estados Unidos pode-se esperar uma aceitação velada uma vez que o apoio indiano poderia auxiliar os EUA na resolução de diversas questões securitárias nas quais o país norte-americano está envolvido no continente africano (PHAM, 2007), mas também deve ser considerado que *“a coordenação indo-africana seria um espinho para Washington em temas como políticas comerciais ou alterações climáticas”* (INDIA, 2008).

Também são freqüentemente apontadas pela literatura razões securitárias, como em relação à presença chinesa na costa africana do oceano Índico, que passou a receber atenção da Índia em consonância com a Doutrina Marítima Indiana de 2004, uma vez que *“a China está ampliando seu acesso a portos globais e aeroportos e desenvolvendo relações diplomáticas especiais desde o Mar da China Meridional até o Golfo Pérsico”* (VINES; ORUITEMEKAI, 2007). Outros elementos são abordados por Ruchita Beri (2003:219), para quem a política externa indiana para a África no pós guerra fria está composta por cinco mantras: *“promover cooperação econômica, engajar a diáspora, prevenir e combater o terrorismo, preservar a paz e assistir às forças de defesa africanas”*.

Embora os temas securitários estejam presentes nas relações da Índia com os países africanos, o escopo deste artigo visa buscar o entendimento da política externa indiana para a África tomando-se em consideração apenas as temáticas relativas ao desenvolvimento do país e de um modo segmentado. Estas são questões quase que intrínsecas da nação, mas são também condicionantes da atuação externa da Índia em sua constante busca por protagonismo no sistema internacional. Para tornar-se uma potência a Índia deve solucionar uma série de questões securitárias para que possa de fato exercer algum tipo de influência, apesar de que a possibilidade factível de uma guerra nuclear na região é um argumento suficientemente poderoso para que o país seja

considerado no balanço de poder mundial. Conforme Marco Cepik (2008:71): “[...] *o crescente poderio indiano e a conduta paquistanesa demonstram que no caso do Sul da Ásia existe o risco real de ocorrência de uma guerra que teria conseqüências sistêmicas, produzindo externalidades negativas para o mundo todo*”.

Os principais determinantes da presença indiana na África seriam, então, em relação ao desenvolvimento, a superação de carências energéticas para a sustentação do crescimento acelerado do país, especialmente quanto ao suprimento de hidrocarbonetos, a contenção das mazelas sócio-econômicas indianas, estando este aspecto relacionado à expansão da diáspora e ao abastecimento interno e o novo posicionamento da Índia como *global trader*, fruto da alteração paradigmática do início da década de 1990 que compeliu o país, em razão de profunda crise econômica, a abandonar o isolacionismo e a ampliar o escopo de suas transações comerciais.

a) Comércio e Investimentos

Essencialmente, a cooperação econômica entre a Índia e o continente africano pode ser tomada como parte da tendência mundial à ampliação das relações comerciais Sul-Sul que representavam, em 2004, 11% do comércio global, sendo que 43% do comércio dos países do Sul era destinado a outros países em desenvolvimento. No entanto, o fluxo de comércio e investimentos faz-se por ser parte importante da atual política externa indiana, já que, conforme o Primeiro Ministro indiano “*a cooperação Sul-Sul tem que se mover da esfera política para a econômica*” (BRASEMB, 2003). A África, sob esta ótica, não poderia escapar do radar indiano presentemente configurado para a consolidação do país como *global trader*.

Atualmente, a Ásia é o destino de 27% das exportações africanas, sendo que no ano 2000, ainda que isto represente apenas 1,6% das importações da Ásia. O fato relevante é que o atual volume equipara-se com o comércio realizado com a Europa e com os Estados Unidos, parceiros tradicionais dos países africanos. Dentre as exportações africanas para a Índia, 68% são realizadas pela África do Sul, sendo que esta estimativa pode conter distorções, uma vez que o governo sul-africano não notifica os volumes referentes a ouro e diamantes (a Índia é o maior comprador global de ouro em estado bruto) (BROADMAN, 2007). Na intersecção dos aspectos comerciais com a diáspora indiana, cabe lembrar que os descendentes indianos que vivem na África do Sul

são responsáveis por uma extensa rede de varejo de diamantes que interliga o país com a Índia (Surat, no Gujarat), Amsterdã e Nova Iorque (ROY, 2007).

Na corrente contrária, as exportações asiáticas para a África têm crescido em uma média de 18% por ano. Em relação aos investimentos diretos, apesar da África receber apenas 1,8% dos investimentos mundiais, a presença de indianos e chineses tem crescido tanto nos setores extrativistas (petróleo e minério), quanto nas áreas de vestuário, processamento de alimentos, empresas de varejo, pesca e cultivo de frutos do mar, setor imobiliário e de construção, transportes, turismo, usinas de energia e telecomunicações, entre outros (BROADMAN, 2007).

Em relação aos investimentos diretos, a Índia dispõe seus capitais no continente africano da seguinte maneira, conforme estudo do Banco Mundial conduzido por Harry Broadman (2007:102):

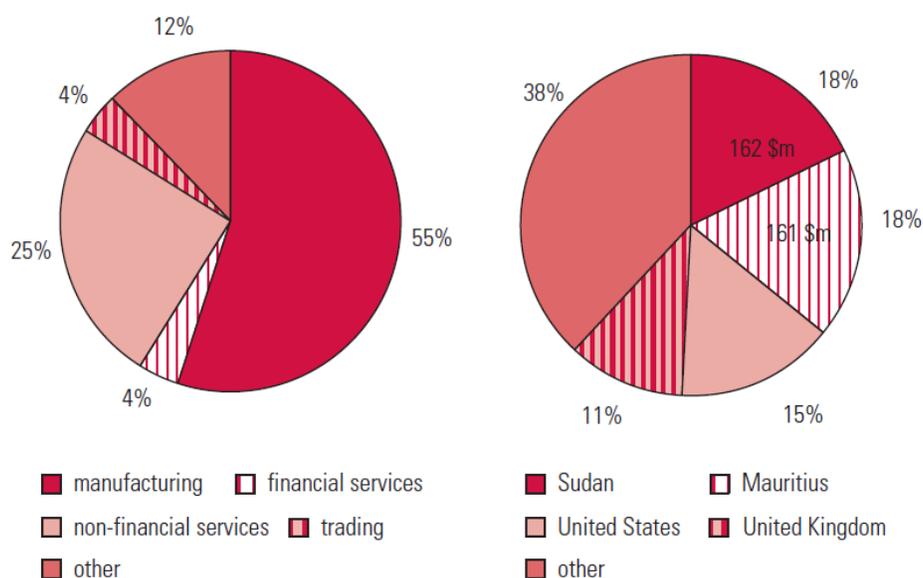


Figura 1: Investimento indiano por setor e destino (2004).

FONTE: Broadman (2007) pag. 102.

Na Figura 1, chama a atenção o fato de que 36% do IDE indiano tem a África como destino. Em relação aos aspectos qualitativos do comércio entre Índia e África, os principais produtos indianos exportados para o continente são medicamentos (9%), arroz (9%), artigos de vestuário (5%), sendo os principais compradores Nigéria, África do Sul, Quênia, Congo e Gana. Já a África exporta para a Índia predominantemente

ouro (53%) da África do Sul, castanha de caju (9%) e ácidos (9%). Cabe lembrar que estes volumes são residuais se comparados ao total de importações indianas.

Apesar de dado o panorama geral de comércio e investimentos entre Índia e África, faz-se uma ressalva de que este não é um indicador de presença ou de relevância absoluto. Questões diplomáticas como acordos de comércio e investimentos³ são relevantes por projetarem em quais países o governo apresenta interesse no estreitamento de laços comerciais. Este fato poderia não ser importante, não fosse a Índia um país onde o setor privado está ainda acostumado à planificação estatal, herdada do período anterior à década de 1990.

O que de fato interessa neste aspecto são as possibilidades. O interesse indiano no desenvolvimento de relações econômicas com países africanos é positivo e complementar para ambos os lados. Para os africanos é ótimo que seus investidores estejam acostumados aos constrangimentos encontrados nos mercados africanos, como os serviços de infra-estrutura de baixa qualidade e a ineficiência de alguns fatores de produção, a falta de trabalhadores especializados e a rígida legislação trabalhista da maioria dos países. Em realidade, alguns destes aspectos representam oportunidades para os investimentos indianos, como por exemplo, os setores de energia elétrica, telefonia e internet. Outrossim, nesta parte do mundo, os indianos poderão se posicionar como efetivos líderes e investidores, uma vez que não estão estigmatizados com uma imagem negativa como ocorre com os chineses. Outro fator que torna o investimento no continente africano interessante são os acordos de comércio preferencial que o continente tem com os mercados europeus e com o norte-americano, possibilitando que a região se torne uma plataforma de exportações para estes países.

b) Recursos naturais

A Índia é o sexto consumidor de energia no mundo, sendo que 50% do consumo provem do carvão, 45% de gás e petróleo, 2% de energia hidroelétrica e 1,5% de energia nuclear. A conjuntura do setor energético indiano, porém, configura-se atualmente como um obstáculo para o crescimento do país: os cortes de luz oscilam

³ Os países com os quais a Índia possui acordos bilaterais são: Djibouti, Gana, Ilhas Maurício, Sudão e Zimbábue. Já os acordos para se evitar a bi-tributação são mais numerosos: Gana, Ilhas Maurício, Quênia, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Uganda e Zimbábue. Fora este, estão em negociação um acordo de cooperação econômica com as Ilhas Maurício e uma área de livre comércio com a África do Sul.

entre 11% e 18% do fornecimento nos horários de pico e cerca de 20% do território nacional carece de abastecimento de eletricidade (BORREGUERO, 2006). Em relação ao petróleo, 70% do consumo indiano é do produto importado, sendo que estima-se que mantendo-se o nível de crescimento atual da economia, em 2025 a Índia terá que importar 90% de seu consumo (INDIA, 2008). A África supre atualmente 16% do petróleo importado pela Índia (SHUKLA, 2007).

A “barganha econômica” com os países africanos se daria no seguinte sentido, conforme o *Center for Strategic and International Studies* (INDIA, 2008:1) localizado em Washington: “em troca do acesso a recursos energéticos, a Índia está preparada para oferecer ajuda econômica, assistência na busca de soluções de baixo custo para redução da pobreza e relações comerciais de alto nível”.

Considerando-se esta lógica de permuta, o governo indiano tem se esforçado no engajamento político com a África, como quando promoveu em 2008 o encontro *India-Africa Summit* onde estiveram presentes os chefes de estado de 14 países africanos. O acordo marco de cooperação incluiu áreas como educação, ciência e tecnologia, produtividade agrícola, segurança alimentar, crescimento industrial, infra-estrutura e desenvolvimento na área de saúde. Além destas iniciativas, o governo indiano promoverá em 2009 a segunda edição (a primeira foi em 2007) de um encontro promovido pelo Ministério do Petróleo e gás natural da Índia, chamado *India Africa Hydrocarbon Conference*⁴.

Um ponto interessante da estratégia indiana para com o setor extrativista africano⁵ está na ênfase dada à capacidade técnica e tecnológica da Índia, o que sugere uma bifurcação nos interesses estando de um lado a segurança energética e do outro a possibilidade de que parte de seus 350.000 engenheiros formados anualmente possam ser transportados para o mercado africano, escasso em mão de obra qualificada⁶.

⁴ Na esteira da tradição indiana em direcionar ativamente as atividades do seu setor privado, o Exim Bank da Índia, em conjunto com a CII (Confederação das indústrias indianas) já realizou cinco encontros entre empresários indianos e delegações africanas (CII Exim Bank Conclave on India Africa Project Partnership). A FICCI, outra importante organização indiana do setor privado também vem organizando anualmente os encontros India-Africa Business Partnership Summit.

⁵ Cabe lembrar que parte significativa dos investimentos indianos também está concentrada nos setores extrativistas de minérios.

⁶ Podem ser mencionados os inúmeros acordos de cooperação técnica da Índia com países africanos, apesar de que, a exemplo do IBAS (Fórum Índia Brasil e África do Sul), o governo indiano apresenta grande dificuldade em honrar este tipo de compromisso.

c) Diáspora e segurança alimentar

Retornando ao início desta discussão, Dubey (2009) elevou a importância da retomada de laços com a diáspora africana ao mesmo status prioritário da manutenção do crescimento econômico que a Índia tem apresentado na última década. Neste sentido a estratégia indiana para a África parece estar dividida em duas frentes. Por um lado, o engajamento de seus descendentes nos seus fluxos econômicos e até mesmo o aumento do número de expatriados no continente africano. Por outro lado, a possibilidade de que as terras africanas possam servir de extensão à produção agrícola indiana, uma vez que as condições e disponibilidade dos fatores de produção – o custo baixo de terras e mão de obra no continente – são semelhantes às condições encontradas na Índia.

Já foi comentado anteriormente que a Índia sofre de problemas sócio-econômicos extremos. Até o presente momento prevalece uma estratégia de desenvolvimento segmentado dada pela possibilidade de expansão de uma classe média que hoje é estimada em torno de 200/300 milhões de pessoas. Quanto à sua viabilidade, o futuro é uma grande incógnita, já que, ao mesmo tempo, 800 milhões de agricultores são mantidos em padrões de vida arcaicos suportados por agricultura de subsistência (90% deles possuem propriedades de apenas um ou dois hectares, sem qualquer mecanização ou tecnologia de irrigação). Estes agricultores, que vivem distribuídos em 600.000 aldeias indianas em situação de quase absoluta desmonetarização, acessam somente investimentos estatais irrelevantes.

Durante a década de 1990 o 1% mais rico da população indiana aumentou sua renda em mais de 50% (sendo que para 1% destes, a renda aumentou em 300%). Além do aprofundamento da desigualdade, o quadro da extrema pobreza tende a se agravar: a ingestão per capita de cereais na Índia caiu de 476 gramas em 1990 para 418 gramas em 2001. Já o aporte calórico total, caiu de 2.200 calorias para 2.150 no mesmo período. Apenas 61% da população adulta é alfabetizada, em termos nacionais, e somente 7% da população possui meios de acesso à internet. A impressionante cifra de 59% da população utiliza combustíveis sólidos para cozimento (mais comumente o carvão ou o esterco de vaca) e apenas 28% dos indianos utilizam toaletes. Estimativas do Banco Mundial apontam, ainda, que 470 milhões de pessoas vivam na Índia com menos de um dólar por dia.

A integração destas populações menos favorecidas ao processo de modernização, para além do desafio econômico, também é dificultada pelo imaginário hindu

reencarnacionista, na pressuposição de que estão (estamos) todos cumprindo nosso destino. Tanto é que no plano metafórico, os termos oficiais para programas sociais se referem ao “alívio” da pobreza, em uma aceitação tácita da impossibilidade de sua redução ou de um efetivo combate. Abordagens como esta dão margem a movimentos insurgentes, como a guerrilha naxalita maoísta (braço armado do Partido Comunista da Índia-Maoísta) que já controla em torno de 30% do território indiano, além do que, passados quase 20 anos da abertura econômica, a grande maioria dos indianos ainda não conseguiu perceber os benefícios reais do desenvolvimento econômico.

Neste sentido, nada impede a Índia de promover uma expansão de sua diáspora em um nível distinto de qualificação. Já se percebe uma mudança significativa na estratégia governamental indiana em relação aos seus expatriados. Anteriormente à abertura econômica os NRI (*non resident indians*) eram comumente chamados de “*non required indians*”, sendo que hoje foram re-apelidados de “*now required indians*” (SALEH, 2003). Conforme KHADRIA (2007), o paradigma em relação aos profissionais imigrantes que deixaram a Índia passou do “*brain-drain*” nos anos 1960 e 1970 ao “*brain bank*” nos anos 1980 e 1990, para finalmente se estabelecer como “*brain gain*” no século XXI.

Associando-se esta questão com a crescente procura de terras por indianos na África, poderia ser considerada a possibilidade de que, dentro de algum tempo, na medida em que a mecanização do setor agrícola não mais puder ser contida na Índia, parte da mão de obra rural sem qualificação seja trasladada para o continente africano como forma de minimização de possíveis conflitos sociais.

Em relação ao papel da África para a segurança alimentar da Índia, o governo do país financiou mais de 80 empresas para que investissem um bilhão e meio de libras esterlinas na compra de centenas de milhares de hectares de terras na Etiópia, Quênia, Madagascar, Senegal e Moçambique, onde cultivam arroz, cana de açúcar, milho e lentilhas para o mercado doméstico indiano (NELSON, 2009)⁷. A maior destas plantações está localizada na Etiópia, onde a empresa Karuturi Global possui uma fazenda de 350.000 hectares. O governo indiano também oferece empréstimos aos produtores de alimentos africanos que comprometem suas exportações para a Índia.

Apesar de essas ações estarem sendo criticadas pela mídia internacional como “pirataria alimentar” e “grilagem de terras” (NELSON, 2009), diante das raízes indianas

⁷ A reportagem demonstra que não somente a Índia, como também a Coreia do Sul, a China e vários países árabes adquiriram terras aráveis na África.

no continente africano – e aí fica patente o imenso papel da diáspora no estabelecimento dos padrões de cooperação – os prognósticos são de que este o governo indiano promova continuamente o fomento das exportações de produtos alimentares para a Índia, mas não sem que os governos africanos envolvidos neste fluxo mercantil estejam de acordo com os propósitos dos investimentos.

Considerações finais

Ainda que a África represente atualmente pequena porção da atuação política internacional indiana, os prognósticos são definitivamente no sentido do escalonamento da importância destas relações. Dentro do escopo do desenvolvimento indiano, as relações entre Índia e países africanos estão marcadas por forte complementaridade. São vários os *spillovers* positivos deste relacionamento, como por exemplo, o aumento do intercâmbio comercial Sul-Sul, o aumento no preço das *commodities* agrícolas e energéticas promovido pelo crescimento da Índia e da China, em favorecimento da África, a possibilidade de projetos conjuntos que visem à diminuição da pobreza africana e ainda a transferência de tecnologia que a Índia parece estar disposta a fazer em favor da África.

Em relação às três determinantes desenvolvimentistas da atuação indiana na África analisadas neste artigo, os hidrocarbonetos e minérios estão dados como estratégicos. Entretanto, as questões de segurança alimentar podem vir a se tornar ainda mais relevantes, considerando-se que o grupo das *commodities* agrícolas representa o maior volume das exportações africanas para a Índia (Figura 2).

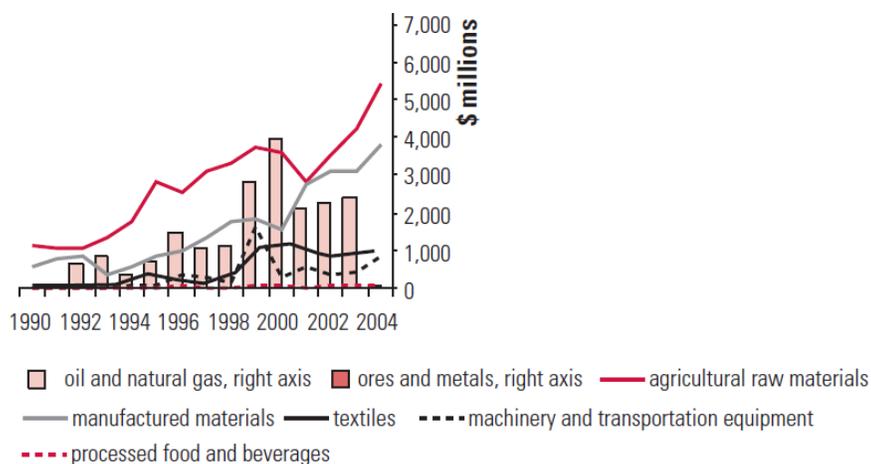


Figura 2: Exportações africanas para Índia por grupos de produtos.
FONTE: Broadman (2007) pag. 87.

A constatação mais relevante em relação à atuação indiana, porém, se dá em relação à qualidade da mesma, uma vez que em razão da existência de extensa diáspora, identifica-se uma tendência de cooperação um tanto mais “genuína⁸” que poderá contribuir de fato para o desenvolvimento africano. A lógica deste argumento está tanto em motivações de curto prazo – os ganhos advindos da promoção do desenvolvimento econômico da região – bem como em uma estratégia de longo prazo que estabeleceria a expansão da Índia em território africano não em sentido predatório (como percebido no caso da China), mas sim marcada por um viés desenvolvimentista e igualitário, sem o exercício de dominação direta, ainda que o aprofundamento de raízes no continente africano vise também à obtenção de algum tipo de *soft power* multilateral.

⁸ Esta suposição também pode ser justificada pelo caso da China no Sudão. Em estudo do Banco Mundial consta que apesar do Sudão ter sido o maior destino dos investimentos diretos chineses na África, este foi o país que mais elevou suas barreiras tarifárias contra produtos da China (BROADMAN, 2007).

Referências

- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. **Review** 10, 1:9-74, 1986.
- BERI, Ruchita. India's Africa Policy in the Post-Cold War Era: An Assessment. **Strategic Analysis**, Vol. 27, No. 2, Apr-Jun 2003.
- BHATT, Chhaya Goswami. **India and Africa Unique Historical Bonds and Present Prospects, with Special Reference to Kutchis in Zanzibar**. Working Paper: No. 5. New Delhi: Centre for African Studies, 2008.
- BHUJUN, Rabin. Triangular Cooperation Mauritius India Africa: The Mauritian perspective. **Working Paper Series**. Bonn: Friedrich Ebert Foundation, 2006.
- BORREGUERO, Eva. Energía y seguridad en el subcontinente indio. Asia/Pacífico - **ARI N° 1182006**. Madrid: Real Instituto Elcano, 2006.
- BRASEMB NOVA DELHI. [**Telegrama 121**] 03 mar. 2003, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Não alinhados.
- BROADMAN, Harry G. **Africa's Silk Road: China and India's New Economic Frontier**. Washington: The World Bank, 2007. 391 p.
- CEPIK, Marco. (2008). “Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil”. In: LIMA, Maria Regina Soares & HIRST, Mônica. [organizadoras]. Países Intermediários e Intercâmbios com o Brasil. Rio de Janeiro, FORD/IUPERJ. [no prelo].
- CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In SCHERER, A.L.F., BRAGA, C. **O Brasil Frente à Ditadura do Capital Financeiro**. Lajeado: Univates, 2005
- DUBEY, Ajay Kumar. **Foreign Policy of India with Special Reference to India's Africa Policy**. In: International Lecture at the Institute of International Politics and Economics, 01/11/2008, Belgrado. Disponível em: www.diplomacy.bg.ac.yu. Acesso em 30/08/2009.
- DUNNING, J. H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, Volume 9, Issue 2, April: p 163-190, 2000.
- FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. In: **RBCE - Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII.
- GOOD news: don't waste it. **The economist** (print edition), London, 21 mai. 2009.
- INDIA in Africa: Moving beyond Oil. **South Asia Monitor**, Number 119, June 10. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2008.
- JORNADA, Helena Lobato. **China e Índia no século XXI: cooperação, competição e distribuição de poder no sistema internacional**. 2008, 106 p. Trabalho de conclusão

de curso (Graduação em relações internacionais). Faculdade de relações internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

LIMA, Maria Regina Soares. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 48, nr 1, 2005.

LODHI, Abdulaziz Y. African Settlements in India. **Nordic Journal of African Studies** 1(1): 83–86, 1992.

LUCE, Edward *apud* BLINDER, Caio. Um caso de anarquia funcional. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jan. 2007.

NELSON, Dean. **India joins 'neocolonial' rush for Africa's land and labour**. London, 28 Jun 2009. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk>. Acesso em 30/08/2009.

PHAM, J. Peter. India's Expanding Relations with Africa and Their Implications for U.S. Interests. **American Foreign Policy Interests**, 29: 341–352, 2007.

ROY, Jayanta Roy; BANERJEE, Pritam. **Attracting FDI from the Indian Diaspora: The Way Forward**. New Delhi: Confederation of Indian Industry, 2007.

SALEH, Wahid. Speech. In: First Pravasi Bharatiya Divas, 09/01/2003, New Delhi. Disponível em: www.indiandiaspora.nic.in. Acesso em 30/08/2009.

SHUKLA, Saurabh. The African oil rush. India Today. New Delhi, November 23, 2007. Disponível em: <http://indiatoday.intoday.in>. Acesso em 30/08/2009.

THE INDIAN diaspora in Africa. **Pravasi Bharatiya**. New Delhi: Ministry of Overseas Indian Affairs. Vol 1 Issue 5 May 2008.

VINES, Alex; ORUITEMEKAI, Bereni. India's Engagement with the African Indian Ocean Rim States, **South African Journal of International Affairs: SAJIA**, Vol.14, No.2, Winter/Spring 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.